



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

01 de Julho 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 01/07/2014
Assunto: Inglês		Página: Online



INGLÊS NA ESCOLA NÃO PASSA DO VERBO TO BE

Estudantes que têm interesse em aprender efetivamente a língua precisam, em geral, procurar cursos especializados

Fonte: Correio Braziliense

"Se eu considerasse somente o que aprendi na Escola pública, meu inglês seria muito básico. Hoje eu sei mais pelo meu interesse, por experiências de vida, lendo e vendo filmes em inglês" Gabriela Oliveira, de 16 anos, estudante do Centro de Ensino médio Taguatinga Norte

A Copa do Mundo levou setores como hotelaria, comércio e segurança a investir em aulas de inglês para os funcionários e trouxe a constatação de que a língua estrangeira é um problema para a maior parte da população brasileira. Na rede pública, o Ensino do idioma enfrenta várias dificuldades. O verbo to be é repetido ano após ano durante a etapa fundamental. Na última série do Ensino médio, Escolas de algumas regiões preferem focar na leitura. Ainda assim, os estudantes que têm interesse em aprender efetivamente a língua precisam, em geral, procurar cursos especializados.

Professores e Alunos são categóricos em afirmar que não é possível aprender, no Ensino regular, as quatro habilidades da língua — ouvir, falar, ler e escrever. "Se eu considerasse somente o que aprendi na Escola pública, meu inglês seria muito básico. Hoje eu sei mais pelo meu interesse, por experiências de vida, lendo e vendo filmes em inglês. No Ensino fundamental, era um revezamento entre presente simples e passado simples, sempre no to be", conta Gabriela Oliveira, 16 anos, estudante do Centro de Ensino médio Taguatinga Norte.

Gabriela pretende fazer ciências contábeis. "Quero seguir a carreira de auditora. Sei que terei de lidar com documentos em outras línguas", avalia. Mas não só por motivos profissionais a jovem considera importante ter conhecimentos em inglês. "Mesmo que a pessoa não goste, se viajar e não souber a língua local, com o inglês pode se virar", diz. Lucas Magno Viana, 17 anos, estudante do 3º ano do Ensino médio no Centro Educacional 1, do Riacho Fundo 2, tem a mesma posição. "Meu conhecimento em inglês é básico mesmo, porque as aulas são muito básicas. Não dá para aprender muita coisa", diz. Para ele, seria necessário mais tempo para um aprendizado melhor.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

“É muita repetição. E aí o Professor cobra o que a gente não sabe, porque ele imagina que no Ensino fundamental a gente teve acesso àquele conteúdo”, completa Lucas. Ele também cursa espanhol, mas no Centro InterEscolar de Línguas de Brasília (CIL). A Escola oferece cursos de línguas estrangeiras modernas no modelo dos cursos especializados e pertence à Secretaria de Educação do Distrito Federal. Lucas não tem o que reclamar do Ensino no CIL. “Lá o Professor fala em espanhol comigo. Na Escola, eles ensinam inglês falando em português”, compara. No DF, nem todas as regionais de Ensino têm um centro desses. Portanto, os estudantes da rede pública da capital se dividem entre os modelos da Escola regular e o curso especializado.

Núbia Batista de Souza é Professora de inglês, mas desde janeiro assumiu um cargo de direção. Para ela, as dificuldades no exercício da docência da língua começam cedo. “A relação de livros que a gente tem para escolher já complica porque são todos para quem já tem um conhecimento prévio, o que não acontece entre os Alunos”, diz. O primeiro contato com a língua na rede pública é no 6º do Ensino fundamental. “O ideal seria depois da Alfabetização em português”, aponta. Da forma como é feito, ela admite: “As crianças não vão aprender a falar inglês. No máximo o instrumental.”

Programa nacional

O cenário descrito pela Professora no DF se repete pelo país, como analisa o Professor do Departamento de Letras e Línguas Estrangeiras da Universidade de Brasília (UnB) Gilberto Antunes Shavet. “Praticamente não há mudanças em outras regiões. Considerando a carga horária disponível, o número de Alunos em sala, o nível diferente entre eles, fica um Ensino capenga”, avalia.

De acordo com ele, nessas circunstâncias, o mais comum é que os Professores optem por focar na compreensão da leitura. “Mudar é complicado. Uma das melhores experiências é mesmo a do CIL. Houve um tempo em que tínhamos um programa nacional, mas isso também não é bom nesse caso porque algumas regiões não conseguem se adequar”, recorda. Gilberto Shavet acaba por sugerir que os estudantes interessados busquem materiais didáticos por conta própria ou, para os que têm condições, cursos particulares para melhorarem a desenvoltura no inglês.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 01/07/2014
Assunto: PNE		Página: Online



EDITORIAL: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

"É o fim da espera de milhares e profissionais da Educação que têm no PNE a esperança de avanços e de que a Educação realmente possa ser uma prioridade no Brasil", afirma jornal

Fonte: A Gazeta (MT)

Foram três anos e meio de tramitação no Congresso Nacional até que o Plano Nacional de Educação (PNE) fosse sancionado sem vetos pela presidente Dilma Rousseff. É o fim da espera de milhares e profissionais da Educação que têm no PNE a esperança de avanços e de que a Educação realmente possa ser uma prioridade no Brasil, na prática, e não apenas nos discursos empolgados dos políticos.

O plano estabelece para os próximos dez anos diretrizes e metas das políticas públicas na área, abrangendo todas as etapas de Ensino, da Creche à pós-graduação. Pode-se dizer que, sendo colocado em prática, como deve ser os avanços serão indiscutíveis.

Entre as metas do PNE estão a elevação do investimento em Educação dos atuais 6,4% para 10% do PIB ao fim do decênio, a erradicação do Analfabetismo, a oferta de Educação em tempo integral em no mínimo 50% das Escolas públicas e a elevação do número de matrículas na pós-graduação, visando à titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Outro fato altamente positivo é a destinação de 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do pré-sal (para Educação), com que será possível tornar realidade as metas do PNE. Esse discurso por sinal foi adotado pela presidente Dilma Rousseff na última quinta-feira, quando sancionou o PNE. Não deixa de ter razão. Mas, sempre é bom destacar, é preciso colocar em prática o que determina o Plano. Do contrário, não sairá do papel.

O governo resistia a aprovação do PNE. A principal resistência se encontrava na meta 20, que fixava 10% do PIB para Educação em dez anos - o ministro da Fazenda, Guido Mantega, chegou a afirmar que a medida ia "quebrar" o Estado brasileiro. Para contornar a situação, o Planalto patrocinou uma manobra contábil para incluir na conta a isenção fiscal com o Programa Universidade para Todos (ProUni), os subsídios de financiamento estudantil, bolsas de estudo do Ciência sem Fronteiras e financiamento de Creches. Acabou dando certo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A lei prevê que Estados e municípios elaborem seus respectivos planos de Educação dentro de um ano e criem mecanismos para acompanhamento do cumprimento das metas. Esse esforço tem que ser feito pela União, sendo importante para ampliar os investimentos. Mas o esforço de Estados e municípios vai ser fundamental porque todas as metas dependem dessa colaboração, especialmente na Educação básica, que tem muita carência no Brasil.

Uma das principais novidades do PNE é a instituição do conceito do custo Aluno-qualidade (CAQ), um novo parâmetro de financiamento da Educação básica, que estipula uma aplicação mínima por estudante. O plano prevê inclusive que caberá à União complementar recursos financeiros a todos os Estados e municípios que não conseguirem atingir o valor mínimo - esse dispositivo corria o risco de ser vetado pela presidente, mas acabou mantido.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 01/07/2014
Assunto: Ranking		Página: Online



Entidade critica ranking de escolas feito a partir de avaliações como Prova Brasil e Pisa

As discussões ocorreram em meio à expectativa da divulgação dos resultados da Prova Brasil

Na última semana, em Brasília, representantes da Campanha Nacional pelo Direito à Educação se reuniram com José Francisco Soares, presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), para solicitar mudanças na forma de divulgação dos resultados das avaliações externas no País.

Na ocasião, foi entregue a Soares uma carta aberta solicitando que os resultados das avaliações externas sejam apresentados à sociedade de forma contextualizada, juntamente com outros indicadores educacionais, como o nível socioeconômico, infraestrutura, carreira e condições de ensino e a aprendizagem.

Como diz a carta, “a Campanha sempre tem expressado sua oposição ao uso indiscriminado de indicadores baseados essencialmente no desempenho escolar dos alunos em testes padronizados, tais como o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), a Prova Brasil, o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), além daqueles realizados por estados e municípios”.

— Ainda que representem um indicador importante sobre o nível de desempenho dos alunos, estes exames padronizados dizem muito pouco sobre a qualidade das escolas ou das redes de ensino, tendo em vista o peso dos fatores extraescolares no desempenho dos alunos, em especial, o nível sociocultural e econômico do País, diz trecho do documento.

SP tem Educação abaixo da média do País no Pisa

— Somente indicar o desempenho de uma escola ou de uma rede de ensino na Prova Brasil ou na ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), que facilmente se transforma em um ranking publicado pela mídia com grande estardalhaço, é dar uma informação errada sobre a qualidade do ensino oferecido pelas escolas brasileiras, diz outro trecho do texto.

As discussões ocorreram em meio à expectativa da divulgação dos resultados da Ana (Avaliação Nacional da Alfabetização), da Prova Brasil e do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 01/07/2014
Assunto: PNE		Página: Online



Metas do PNE têm avaliação positiva de entidades do setor

Entidades ligadas ao setor educacional têm uma avaliação positiva sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) e estão otimistas com a viabilidade de sua implementação. O plano foi sancionado na íntegra pela Presidência da República e publicado em edição extraordinária do Diário Oficial da União na quinta-feira (26).

"O PNE é um marco para a educação pública. Desta vez, temos um plano factível com financiamento coerente", destacou Cleuza Rodrigues Repulho, presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). A expectativa agora, segundo a dirigente, é de que haja uma regulamentação rápida para agilizar a implementação das metas.

Cleuza considera como principais pontos do PNE o reconhecimento do papel do professor para garantia da qualidade do ensino, o atendimento às crianças de creche e a ampliação da educação em tempo integral, ao lado da gestão democrática.

A valorização dos profissionais de educação, sejam eles docentes ou funcionários da área, é um dos destaques, na avaliação do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto de Leão. "Uma das metas é que em três anos 90% dos professores e 50% dos funcionários sejam contratados via concurso público, o que garantirá dignidade na contratação", afirmou.

Para Leão, o PNE é uma vitória do movimento social, e a sanção do texto sem vetos denota que a presidenta da República se sensibilizou com a questão, mostrando disposição para construir um processo de discussões para a implantação do Custo Aluno Qualidade (CAQ). "O plano coloca o financiamento em educação em um patamar mais elevado".

Conforme o presidente, o PNE é bom e exequível, embora a entidade tenha restrições quanto ao sistema de avaliação dos profissionais da educação e à destinação de recursos para programas vinculados a instituições de ensino privadas.

Alinhamento - A presidenta do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Maria Nilene Badeca da Costa, destaca como fundamentais para a consecução do PNE as metas estruturantes que garantem o direito a uma educação básica de qualidade, com acesso, universalização da alfabetização e ampliação da escolaridade da população e das oportunidades educacionais associadas às demais metas, principalmente à valorização dos profissionais da educação e ao financiamento.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

De acordo com a dirigente, nesta primeira fase, estados e municípios precisarão promover a adequação ou elaboração de seus planos de educação, conforme previsto na lei. "Esse momento será de grande valia para o debate e proposição das metas e estratégias a serem implementadas e que contribuirão para que o PNE seja incorporado por todos", afirmou Maria Nilene, lembrando que a aprovação e sanção do texto na íntegra demonstram que o governo federal e os atores políticos estão alinhados para a consolidação da educação pública e de qualidade.

O Ministério da Educação já está atuando para dar suporte aos estados e municípios na formação de seus planos de educação, em conformidade com as metas estabelecidas no PNE.

Aprovado pelo Congresso Nacional no início de junho e sancionado nesta semana pela presidente Dilma Rousseff, o plano prevê 20 metas para a educação nos próximos 10 anos, entre elas a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para investimentos na área, erradicação do analfabetismo, ampliação da educação em tempo integral, abrangendo 50% das escolas públicas, aumento da oferta de vagas no ensino superior e valorização dos profissionais do setor.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10

Editoria: Educação

Data: 01/07/2014

Assunto: PNBE

Página: Online



Pesquisa expõe problemas na formação de leitores

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) possibilitou que as instituições de educação infantil públicas no país passassem a contar, nos últimos 17 anos, com um acervo de livros com quantidade e qualidade suficientes para a realização de atividades voltadas a contribuir para a formação de leitores.

As coleções de livros do programa, instituído pelo Ministério da Educação (MEC) em 1997, não contemplam, no entanto, as especificidades pedagógicas da primeira infância – de 0 a 3 anos. E os docentes e responsáveis pelas bibliotecas de creches e berçários públicos não estão preparados para desenvolver atividades de formação de leitores com as crianças nessa faixa etária.

As conclusões são da pesquisa “Literatura e primeira infância: dois municípios em cena e o PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola) na formação de crianças leitoras”, realizada no Departamento de Didática da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Câmpus de Marília, e no Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp de Presidente Prudente, com apoio da Fapesp, no âmbito de um acordo de cooperação com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV). Alguns resultados do estudo foram apresentados no dia 13 de março durante o I Seminário de Pesquisas sobre Desenvolvimento Infantil, realizado na Fapesp.

“Constatamos que a quantidade e a qualidade das coleções de livros do PNBE são muito boas, mas estão mais voltadas para crianças maiores, a partir de 3 anos”, disse Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto, professora do curso de Pedagogia da Unesp de Marília e coordenadora do projeto, durante sua palestra no evento.

“Também há um despreparo dos professores e cuidadores e de toda a equipe das escolas para trabalhar com essas crianças pequenas não só em atividades relacionadas à formação de leitor, mas também para compreender as potencialidades das crianças”, afirmou Giroto.

Durante o projeto, os pesquisadores analisaram o acervo de obras literárias do PNBE voltados à educação infantil. Uma das principais constatações foi a de que as coleções, compostas por mais de 150 obras, não contemplam as especificidades das crianças abaixo de 3 anos em termos de projeto gráfico, editorial, estético e literário.

“Não defendemos que seja preciso estabelecer regras para a literatura infantil, mas há especificidades que não podem ser desconsideradas nos livros voltados à primeira infância”, afirmou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"As crianças nessa fase de desenvolvimento não leem do mesmo modo que uma criança em fase de alfabetização, tampouco como um leitor maduro. Mas já ensaiam, pelo contato direto com o livro, o que denominamos de 'ações embrionárias do ato de ler', atribuindo sentidos às ações iniciais dos modos de ler", disse Giroto.

Os pesquisadores também fizeram um mapeamento de como as crianças com até 3 anos têm acesso a livros nas instituições públicas de educação infantil com base em entrevistas com 520 professores, 60 coordenadores pedagógicos e 55 profissionais responsáveis pela biblioteca de 71 creches e berçários dos municípios de Marília e Presidente Prudente, no oeste paulista.

Foi constatado que cerca de 80% desse universo de instituições ainda não utiliza o acervo recebido do PNBE. Em algumas instituições, as coleções ficam em estantes da biblioteca, armários ou em caixas perdidas na instituição ou dividem espaço com produtos e materiais de limpeza.

"O pressuposto de que só a quantidade e a qualidade das obras são condições suficientes para o desenvolvimento de atividades de formação de leitores na educação infantil não é verdadeiro", avaliou Giroto.

De acordo com a pesquisadora, uma das razões da subutilização dos livros da coleção do PNBE nas instituições avaliadas é o despreparo da equipe de docentes e responsáveis pelas bibliotecas para colocar em prática atividades voltadas à formação de leitor na primeira infância.

Apesar disso, professores, coordenadores pedagógicos e profissionais responsáveis pelas bibliotecas das instituições participantes do estudo destacaram, durante as entrevistas realizadas pelos pesquisadores, que consideram importante o processo de ofertar e estimular o contato das crianças com o livro. "Mas muitos acreditam que só contar histórias ou ler em voz alta para as crianças é o suficiente", disse Giroto. Segundo a pesquisadora, o mediador de leitura pode – e deve – ler e contar histórias para as crianças. Mas também é preciso que a criança seja colocada em contato direto com o livro para tateá-lo, explorá-lo e imitar os adultos e, dessa forma, iniciar sua formação como leitor.

A pesquisa deverá resultar em dois livros com previsão de lançamento no 18º Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, que ocorrerá entre 11 e 14 de novembro em Fortaleza, no Ceará.

O primeiro livro, com o título provisório "Literatura e Primeira Infância I: da contação de histórias e da proferição", discute a criança como ouvinte e a função do mediador. No segundo livro, também com o título provisório "Literatura e educação infantil: tateios, experimentação e sentidos dos livros para/com os pequenos", os pesquisadores pretendem discutir abordagens específicas do desenvolvimento infantil e as peculiaridades dos livros voltados à primeira infância, que devem valorizar a experimentação e ação direta da criança, ressaltou Giroto.

"Todo o trabalho de formação de leitor na primeira infância pode ficar a desejar se não existirem livros adequados e não for feita uma adequada mediação e apresentação das publicações para as crianças", estimou a pesquisadora.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"As crianças precisam reconhecer e usar os livros tal como o adulto ou um leitor autônomo fazem, buscando compreender as informações em textos verbais ou imagéticos", indicou.

Por meio do projeto, os pesquisadores pretendem estabelecer um programa de atividades de leitura com crianças com até 3 anos utilizando o acervo do PNBE e desenvolver uma proposta de formação de docentes.

Além disso, querem continuar os trabalhos nas instituições dos dois municípios com avaliações sobre o acesso aos livros, práticas de leitura literária nas unidades que utilizam o acervo do PNBE, sobre mediação dos professores e sobre os livros selecionados por eles.

"As instituições de ensino infantil têm a responsabilidade de propiciar às crianças o contato com obras literárias da melhor qualidade, respeitando suas especificidades de desenvolvimento e sem subestimar sua capacidade intelectual", avaliou.

"Isso não significa antecipar a alfabetização, mas estabelecer diretrizes para a educação literária, desde a primeiríssima infância, sem apequenar os potenciais da criança", afirmou.

O objetivo do seminário na Fapesp foi divulgar os resultados de dez projetos de pesquisa selecionados na primeira Chamada de Propostas do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica firmado entre as duas instituições em 2010 nas áreas de Saúde, Educação, Economia, Pedagogia, Psicologia e Assistência Social.

Também participaram do seminário os coordenadores dos 16 novos projetos aprovados na segunda seleção de propostas, concluída em 2013.